

I PINHELI E VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES Novembro de 2020



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6JM 5G6TG 3U334 TG9EA

CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 / (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 / (44) 9 9127-2968
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP: 87020-015

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cianorte – Estado do Paraná.

Dra. Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao Juiz, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “c” da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao **mês de Novembro de 2020**, da Recuperanda **I. Pinheli & E. Vian Ferragens Para Construção LTDA**, disponibilizadas por meio do escritório contábil denominado Escritório de Contabilidade CIC (representado pelo contador Sr. Reginaldo Storto —CRC/PR 060465/O), devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº0011331-18.2018.8.16.0069** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 30 de novembro de 2020.

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**
OAB/PR nº 65.066



2020 Marques Administração Judicial RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - Novembro de 2020 I PINHELI E VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DA RECUPERANDA	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	10
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	14
5. ENDIVIDAMENTO	25
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	29
7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	34
8. GLOSSÁRIO	45
9. ANEXOS	47



1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Atividades da Recuperanda	Tendo vista a crise econômica financeira da Recuperanda, essa enfrentou diversas dificuldades, tais como a falta de capital de giro para realizar compras necessárias para garantir a operação e, também, a carência de mercadorias disponibilizada pelos fornecedores devido à escassa entrada de matéria prima no país, o que aumenta o custo dos produtos para revenda. Na busca pela superação da crise, a Recuperanda adotou medidas de reorganização e logística de entregas, aumentou o mix de produtos, abriu novos fornecedores e descontou cheques com menor taxa.
Informações Operacionais	Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. No entanto, no término do mês em apreço a Recuperanda possuía o total de 3 (três) funcionários ativos, ressaltando a informação de que 1 dos colaboradores permanece com o contrato de trabalho suspenso.
Informações Financeiras	No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de 1,41% no Disponível , relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de 2,61% no saldo Imobilizado , e o aumento significativo da Receita Operacional Bruta equivalente a 207,3% e das Deduções da Receita Bruta , na ordem de 205,2% , relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.
Endividamento	No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de R\$5.602.234,37 . Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de R\$3.772.295,02 . Magistrada homologou o Quadro Geral de Credores em data de 10/09/2020 (mov. 634).
Plano de Recuperação Judicial	A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação das empresas, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas.



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Informações Processuais	No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. O d. magistrado, por sua vez, determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma, vide art. 10, §6º, da LFRJ. Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.



2. ATIVIDADES DA RECUPERANDA

- 2.1 HISTÓRICO DA RECUPERANDA
- 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE



Atividades da Recuperanda

Tendo vista a crise econômica financeira da Recuperanda, essa enfrentou diversas dificuldades, tais como a falta de capital de giro para realizar compras necessárias para garantir a operação e, também, a carência de mercadorias disponibilizada pelos fornecedores devido à escassa entrada de matéria prima no país, o que aumenta o custo dos produtos para revenda. Na busca pela superação, adotou medidas de reorganização e logística de entregas, aumentou o mix de produtos, abriu fornecedores e descontou cheques com menor taxa.

2.1 HISTÓRICO DA RECUPERANDA

A Recuperanda **I. Pinheli & E. Vian Ferragens Para Construção LTDA – ME** iniciou suas atividades de forma modesta em 2006, com o intuito de atender a demanda cianortense, que não possuía uma empresa forte de referência no seguimento em questão. Aprioristicamente, a empresa iniciou suas atividades somente com 5 (cinco) funcionários e uma frota de 02 (dois) caminhões.

Tendo em vista o forte crescimento e expansão da empresa, bem como, os investimentos em novas tecnologias e a especialização no comércio de ferro para a construção civil, à época do pedido de Recuperação Judicial a empresa já possuía um quadro de funcionários com 09 colaboradores e, uma frota com 04 (quatro) caminhões. Desta feita, nos dias atuais a Recuperanda se tornou uma referência regional em sua área de atuação, qual seja, o setor siderúrgico.

Ademais, cumpre-se salientar que a comercialização de seus produtos não se limita só a região de Cianorte, atuando idem nas cidades vizinhas (Umuarama, Guaíra, Paranavaí, Colorado, São Jorge do Ivaí, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Maringá, Paiçandu, Mandaguaçu, Marialva, Mandaguari, Jandaia do Sul, Apucarana, Arapongas, Londrina e etc.), possuindo como principais clientes depósitos de materiais de construção, e empresas do ramo de construção civil.

Destarte, mesmo com expressivo crescimento e consequente faturamento supra exposto, a crise econômica nacional, em especial a que assolou e ainda assola o segmento da construção civil, foi capaz de provocar forte retração nas vendas e, por conseguinte, nos resultados da empresa, o que fez com a mesma entrasse em uma forte crise financeira, que resultou, em curto espaço de tempo, em um endividamento crescente

2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A Recuperanda afirma que, apesar do grande lapso temporal de 12 (doze) anos de atuação no mercado, também sofreram com os impactos advindos do ambiente econômico instável que o mercado vivenciou sobretudo nos últimos anos, havendo declínio de faturamento. As principais causas da crise financeira, de acordo com a Recuperanda consistem na: (i) queda das obras de infraestrutura; (ii) o ajuste fiscal conduzido pelos governos federais e regionais; (iii) as dificuldades enfrentadas pelo mercado imobiliário, somadas com a crise no setor de construção civil e; (iv) a greve dos caminhoneiros que ocorreu durante o ano de 2018.

Diante tal cenário, a Recuperanda não encontrou outra solução que não fosse se submeter as condições impostas pelas instituições financeiras, que aos poucos foram comprometendo sua saúde financeira, que já estava em situação complexa devido aos fatores supraditos. A Recuperanda encontrou dificuldade em manter a captação de recursos, acarretando aumento nas despesas financeiras e, por consequência a redução nos seus resultados.



Atividades da Recuperanda

Tendo vista a crise econômica financeira da Recuperanda, essa enfrentou diversas dificuldades, tais como a falta de capital de giro para realizar compras necessárias para garantir a operação e, também, a carência de mercadorias disponibilizada pelos fornecedores devido à escassa entrada de matéria prima no país, o que aumenta o custo dos produtos para revenda. Na busca pela superação, adotou medidas de reorganização e logística de entregas, aumentou o mix de produtos, abriu fornecedores e descontou cheques com menor taxa.

2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

Medidas adotadas

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pela Recuperanda são:

- Atração de novos clientes e divulgações publicitárias;
- Aumento de desconto nos pagamentos à vista, para melhoria do giro de caixa;
- Redução de retirada dos sócios;
- Abertura de novos fornecedores;
- Estabelecimento de metas conforme estrutura da empresa;
- Aumento do mix de produtos;
- Análise de viabilidade de entregas;
- Conhecimento de novos produtos para fornecimento;
- Desconto de cheques com menor taxa.

Principais dificuldades enfrentada

As principais dificuldades enfrentadas pela Recuperanda no período foram:

- Falta de capital de giro para realização de compras necessárias para garantir a operação;
- Carência de mercadoria disponibilizada pelos fornecedores, devido à escassa entrada de matéria prima no país;
- Atraso de impostos fiscais;
- Aumento do custo de produtos para revenda, ocasionando na diminuição do poder aquisitivo.



3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES
- 3.5 COLABORADORES



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. No entanto, no término do mês em apreço a Recuperanda possuía o total de 3 (três) funcionários ativos, ressaltando a informação de que 1 dos colaboradores permanece com o contrato de trabalho suspenso.

3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em Novembro de 2020, não foram registradas mudanças na estrutura societária da Recuperanda, tais como: aportes de capital, investimentos em outras sociedades ou qualquer outra movimentação que produza alteração no capital social das empresas. A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária da Recuperanda:

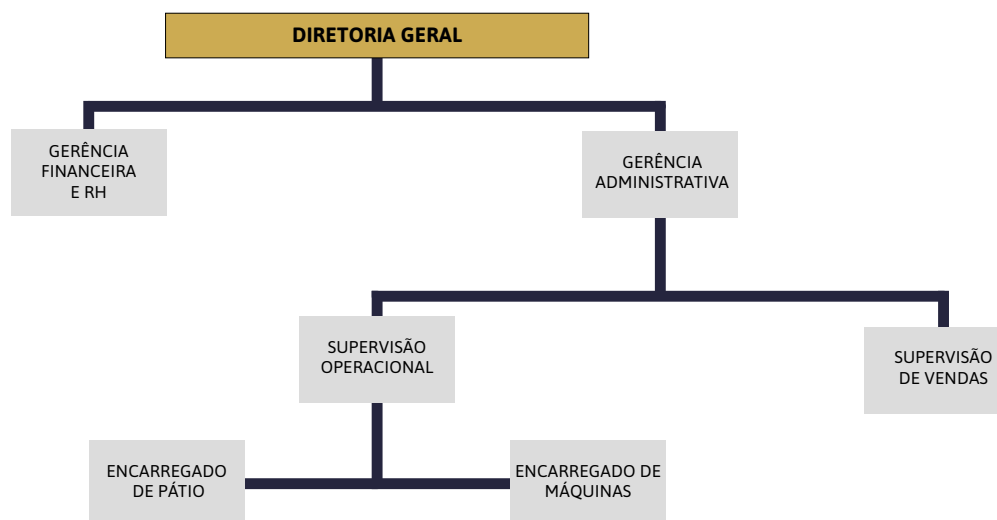
I. PINHELI & E. VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (R\$)	Participação
Evandro Wagner Zanelato Vian	10.002	10.002,00	25,005%
Isabele Rodrigues Pinheli Vian	29.998	29.998,00	74,995%
Total	40.000	40.000,00	100%

Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No que tange a estrutura organizacional, a Recuperanda apresentou na pg. 57 do PRJ juntado aos autos no mov. 109 o organograma da empresa, que segue *infra*.



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. No entanto, no término do mês em apreço a Recuperanda possuía o total de 3 (três) funcionários ativos, ressaltando a informação de que 1 dos colaboradores permanece com o contrato de trabalho suspenso.

3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO

A empresa Recuperanda possui a seguinte unidade de negócio:

Razão Social	CNPJ	Localidade
I. Pinheli & E. Vian Ferragens Para Construção LTDA – ME	15.502.916/0001-17	Cianorte/PR

Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda

3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES

Os 10 (dez) principais FORNECEDORES da Recuperanda no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Arcelormittal Brasil S.A.	17.469.701/0064-50
Pregar Pregos Arames LTDA-ME	20.790.623/0001-12
H L Barbosa Construções ME	10.248.327/0001-30
Elizeu Carlos Dias	859.460.109-30
A Campanerutti & CIA LTDA	81.229.346/0001-68
Nicodiesel Auto Pecas LTDA	10.570.081/0001-19
Aramepar Indústria e Comércio de Arames Ltda	03.169.698/0007-57
Transnordiesel - Auto Peças LTDA	04.095.023/0001-88
Auto Mecânica Estrela ME	14.376.640/0001-05
Siga Recapagens de Pneus Eireli	11.575.509/0001-89

Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda



Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e organizacional não houve quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. No entanto, no término do mês em apreço a Recuperanda possuía o total de 3 (três) funcionários ativos, ressaltando a informação de que 1 dos colaboradores permanece com o contrato de trabalho suspenso.

Os 10 (dez) principais CLIENTES da Recuperanda no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Depósito de Materiais para Construção Bigao EIRELI-ME	08.671.972/0001-10
Laguna Moura Mat Const LTDA	03.077.610/0001-81
Marcelo Pedrosa de Paula	053.868.396-16
J R São Tomé Construção LTDA	05.316.500/0001-36
Maíra e Maia LTDA – ME	19.335.845/0001-66
Pré Moldados Querência LTDA-ME	01.073.299/0001-77
Canto & Cia Ltda	12.550.889/0001-60
V S Barreto Panizio e Cia Ltda ME	17.704.431/0001-31
Esmeria Resende Lisboa	02.171.772/0001-11
Emerson dos Reis	047.241.559-06

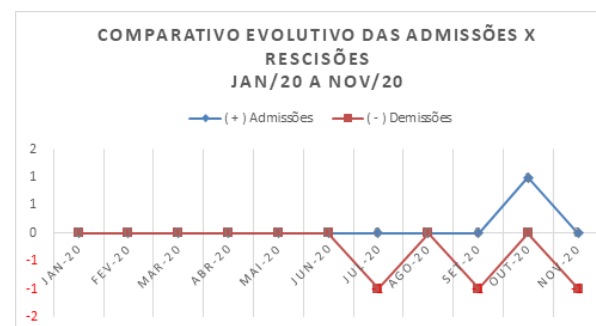
Fonte: Informações obtidas com a Recuperanda

3.5 COLABORADORES

A Recuperanda expôs a posição do quadro de funcionários referente ao mês de Novembro de 2020, apresentando variação negativa de 25% no seu quadro funcional, ressaltando que um dos funcionários permanece com o contrato de trabalho suspenso, conforme apresentado no gráfico seguinte:

FUNCIONÁRIOS	10/2020	11/2020
Quantidade Inicial	3	4
(+) Admissões	1	-
(-) Demissões	-	1
Total de Funcionários	4	3
Variação		25,00%

Fonte: Grupo I. Pinheli & E. Vian – Novembro de 2020.



4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4.3 ÍNDICES FINANCEIROS



Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial da Recuperanda do mês de novembro de 2020. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	out-20	nov-20	Variação	Ref.
ATIVO				
Circulante				
Disponível	514.736,19	507.487,78	-1,41%	a
Clientes	0,00	0,00	0,00%	
Outros Créditos	151.028,18	142.426,96	-5,70%	
Estoques	693.215,63	560.084,32	-19,20%	
	1.358.980,00	1.209.999,06	-10,96%	
Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00%	
Imobilizado	211.304,18	205.796,34	-2,61%	b
Intangível	0,00	0,00	0,00%	
	211.304,18	205.796,34	-2,61%	
TOTAL DO ATIVO	1.570.284,18	1.415.795,40	-9,8%	



Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	out-20	nov-20	Variação	Ref.
PASSIVO				
Circulante				
Instituições Financeiras	98.559,70	98.559,70	0,00%	
Empréstimos Particulares	0,00	0,00	0,00%	
Fornecedores	3.638.687,75	3.638.687,75	0,00%	
Obrigações Tributárias	0,00	0,00	0,00%	
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	109.005,63	106.993,78	-1,85%	
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00%	
Recuperação Judicial	0,00	0,00	0,00%	
	3.846.253,08	3.844.241,23	-0,05%	
Não Circulante				
Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00%	
Receitas Diferidas	0,00	0,00	0,00%	
	0,00	0,00	0,00%	
Patrimônio Líquido				
Capital Social	40.000,00	40.000,00	0,00%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-2.315.968,90	-2.468.445,83	6,58%	
	-2.275.968,90	-2.428.445,83	6,70%	
TOTAL DO PASSIVO	1.570.284,18	1.415.795,40	-9,8%	

Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), foi elaborada com base no balancete mensal fornecido pelas Recuperanda, para o mês de novembro de 2020. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	out/20	nov/20	Variação	Ref.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	155.830,29	478.841,01	207,3%	c
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-33.112,09	-101.046,03	205,2%	d
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	0,00	0,00	0,0%	
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS	-33.112,09	-101.046,03	205,2%	
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	122.718,20	377.794,98	207,9%	
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-128.382,82	-479.682,24	273,6%	e
(=) LUCRO BRUTO	-5.664,62	-101.887,26	1698,7%	
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-37.786,58	-50.589,67	33,9%	f
DE VENDAS	0,00	0,00	0,0%	
ADMINISTRATIVAS	-37.786,58	-50.589,67	33,9%	g
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,0%	
DESPESAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	0,0%	
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,0%	
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-43.451,20	-152.476,93	250,9%	
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,0%	
RESULTADO ANTES DA CS E IR	-43.451,20	-152.476,93	250,9%	
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,0%	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,0%	
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	-43.451,20	-152.476,93	250,9%	



Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.

Notas:

- a) Em novembro/2020 a Recuperanda apresentou redução de **1,41%** no **Disponível**, relativo ao saldo em **Caixa** no valor de **R\$ 507,4 mil**. Ressaltamos que permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda, onde, conforme informações do Contador responsável Sr. Reginaldo Storto, constatou-se contabilização incorreta de operações necessitando, portanto, de que os valores sejam devidamente conciliados e, se necessário, o saldo deve ser baixado para o resultado (prejuízo) adequando as demonstrações contábeis da Recuperanda.
- b) Verifica-se uma redução de **2,61%** no saldo do **Imobilizado** quando comparado com o mês anterior, reflexo da contabilização mensal da depreciação dos itens, porém sem redução no valor original dos bens.
- c) Analisando a **Receita Operacional Bruta**, verificamos um aumento significativo no mês de novembro/2020 equivalente a **207,3%** em relação ao mês anterior, registrando uma receita no valor de **R\$ 478,8 mil** contra **R\$ 155,8 mil** no mês anterior.
- d) Da mesma forma, quando avaliado as **Deduções da Receita Bruta**, verificamos um aumento proporcional na ordem de **205,2%** relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal, acompanhando a evolução da receita bruta.
- e) O mesmo ocorreu quando analisado o **Custo das Mercadorias Vendidas**, constatando um aumento de **273,6%** em relação ao mês anterior.
- f) As **Despesas Operacionais** apresentaram aumento de **33,9%** afetado principalmente pela variação percebida nas Despesas Administrativas, conforme detalhado na nota g:
- g) Despesas Administrativas (**33,9%**): verifica-se que como principal causa houve no mês de novembro/2020 o pagamento de despesas com **Serviços de Terceiros** no valor de **R\$ 13,9 mil** contra **R\$ 8,6 mil** do mês anterior, refletindo num aumento de aproximadamente **61%** desta rubrica.



Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.

4.3 ÍNDICES FINANCEIROS

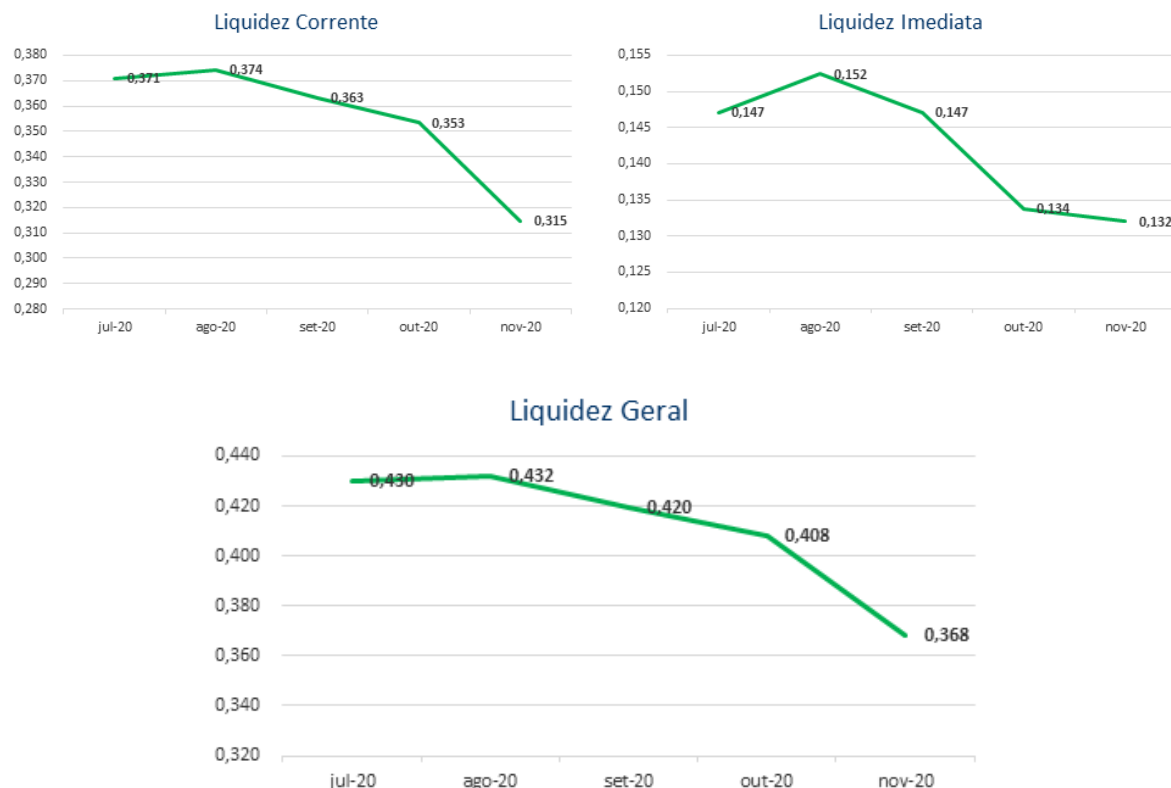
Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade da Recuperanda. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

Índices de Liquidez					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-20	Índice	nov-20	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	1.358.980,00	0,353	1.209.999,06	0,315
	Passivo Circulante	3.846.253,08		3.844.241,23	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	514.736,19	0,134	507.487,78	0,132
	Passivo Circulante	3.846.253,08		3.844.241,23	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	1.570.284,18	0,408	1.415.795,40	0,368
	Passivo Circulante + Não Circulante	3.846.253,08		3.844.241,23	



Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.



O índice de **liquidez corrente** é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.

O índice de **liquidez geral** é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

O índice de **liquidez imediata** é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.

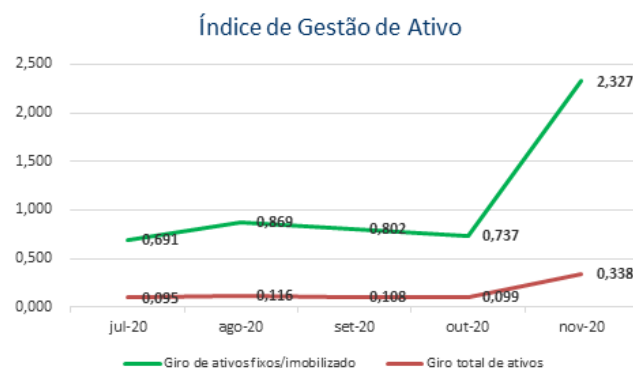
No mês de novembro/2020 a Recuperanda apresentaram redução em todos índices: **Liquidez Corrente (10,9%)**, **Liquidez Geral (9,8%)** e **Liquidez Imediata (1,4%)**.

Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.

Índice de gestão de ativo

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-20	Índice	nov-20	Índice
Índice de giro de ativos fixos/ imobilizado	Receitas	155.830,29	0,737	478.841,01	2,327
	Ativo Imobilizado	211.304,18		205.796,34	
Índice de giro total de ativos	Receitas	155.830,29	0,099	478.841,01	0,338
	Ativo	1.570.284,18		1.415.795,40	



O índice de **giro de ativos** imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.

O índice de **giro do total de ativos** mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.

Os índices de **Gestão do Ativo** apresentaram aumento no mês de novembro/2020 quando comparado com o mês anterior, conforme apresentado a seguir: **Giro de Ativos Fixos/Imobilizado (215,5%)** e **Giro Total de Ativos (240,8%)**, acompanhando a tendência de aumento da **Receita Operacional Bruta (207,3%)**.



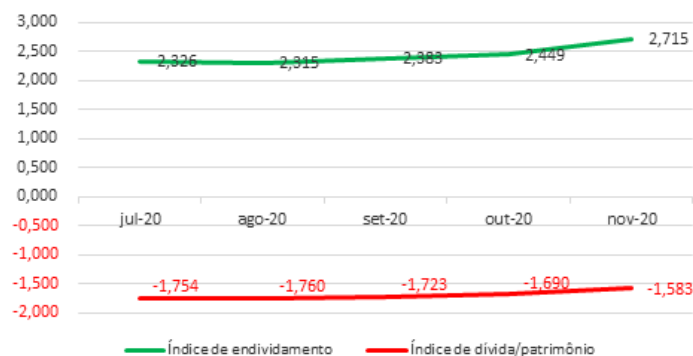
Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.

Índice de gestão de dívida

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-20	Índice	nov-20	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	3.846.253,08	2,449	3.844.241,23	2,715
	Ativo	1.570.284,18		1.415.795,40	
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	3.846.253,08	-1,690	3.844.241,23	-1,583
	Patrimônio Líquido	-2.275.968,90		-2.428.445,83	

Índice de Gestão de Dívida



O índice de **endividamento**, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

O índice de **dívida/patrimônio** informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.

Verifica-se uma melhora nos índices de **Endividamento** nos últimos meses e, quando comparado os meses de outubro/2020 e novembro/2020, verifica-se um aumento de **10,9%** se comparado ao mês anterior.

O índice de **Dívida/Patrimônio**, apresentou no período redução de 6,3%, demonstrando uma redução do passivo da Recuperanda em relação ao seu **Patrimônio Líquido**.

Informações Financeiras

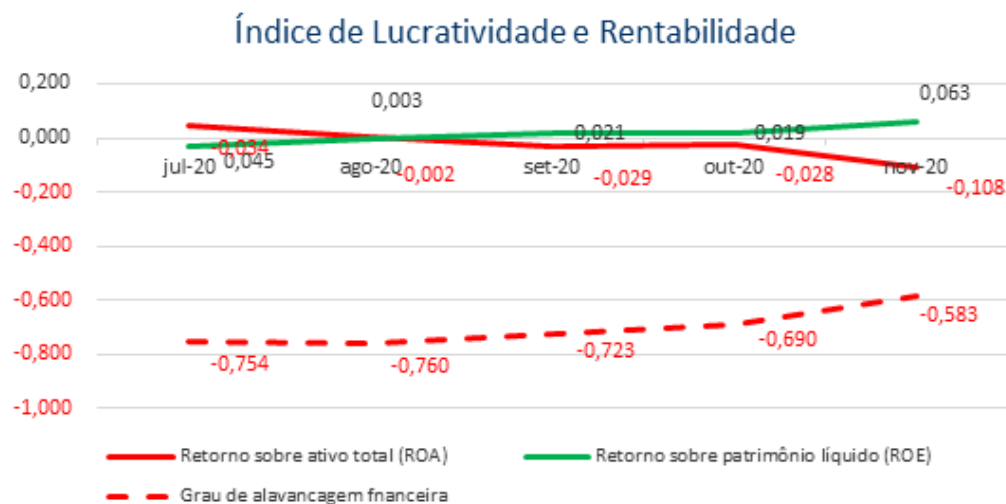
No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.

Índice de lucratividade e rentabilidade					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	out-20	Índice	nov-20	Índice
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	-43.451,20	-0,279	-152.476,93	-0,318
	Receita de Vendas	155.830,29		478.841,01	
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	-43.451,20	-0,279	-152.476,93	-0,318
	Receita de Vendas	155.830,29		478.841,01	
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	-5.664,62	-0,046	-101.887,26	-0,270
	Receita Operacional Líquida	122.718,20		377.794,98	
Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	-43.451,20	-0,028	-152.476,93	-0,108
	Ativo	1.570.284,18		1.415.795,40	
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	-43.451,20	-0,028	-152.476,93	-0,108
	Ativo	1.570.284,18		1.415.795,40	
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	-43.451,20	0,019	-152.476,93	0,063
	Patrimônio Líquido	-2.275.968,90		-2.428.445,83	
Grau de alavancagem financeira	ROE	0,019	-0,690	0,063	-0,583
	ROA	-0,028		-0,108	



Informações Financeiras

No mês em apreço, a Recuperanda apresentou uma redução de **1,41% no Disponível**, relativo ao saldo em Caixa no valor de R\$ 507,4 mil, ressaltando que ainda permanece pendente de justificativa e regularização o saldo da conta Caixa da Recuperanda. Ainda, constatou-se a redução de **2,61%** no saldo **Imobilizado**, e o aumento significativo da **Receita Operacional Bruta** equivalente a **207,3%** e das **Deduções da Receita Bruta**, na ordem de **205,2%**, relativo aos impostos incidentes sobre a receita mensal.



O **retorno sobre o ativo total** (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

O **retorno sobre o patrimônio líquido** (em inglês, Return on Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.

O **grau de alavancagem financeira** (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.

Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade da Recuperanda, verificamos que a exemplo dos meses anteriores, em novembro/2020 os resultados apresentados não são bons, demonstrando resultados negativos para praticamente todos os índices.

Quanto ao índice de Retorno sobre o PL (ROE), ressalta-se que este se apresenta positivo em alguns meses devido ao PL da Recuperanda estar negativo.

Com base neste resultado, é salutar mencionar a necessidade da Recuperanda buscar a melhora dos seus resultados com vistas ao cumprimento do planejamento de RJ inicial dentro dos prazos estipulados.

5. ENDIVIDAMENTO

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6JM 5G6TG 3U334 TG9EA

Endividamento

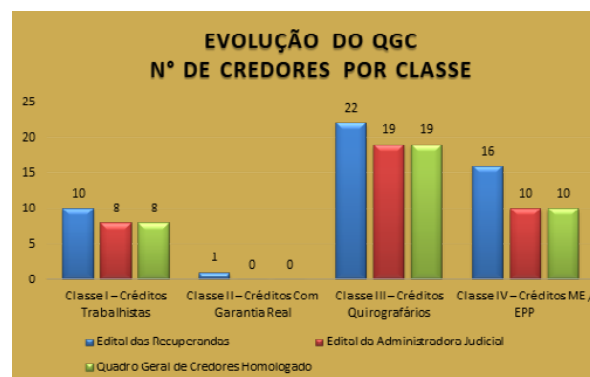
No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de **R\$5.944.234,37**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$3.772.295,02**.

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, a Recuperanda aos movs. 1.31 ao 1.34, apresentou a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$5.944.234,37 (cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos)**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$3.772.295,02 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e dois centavos)**. Em data de 10/09/2020, no mov. 634, a d. magistrada homologou o Quadro Geral de Credores, nos termos do art. 14 da LFRJ, consoante relação apresentada pela Administradora Judicial no mov. 121. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal das duas relações por classe de credores:

Classe	Moeda	Edital da Recuperanda		Edital da Administradora Judicial		Quadro Geral de Credores Homologado	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	10	39.184,81	8	26.095,22	8	26.095,22
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	1	709.662,00	-	-	-	-
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	22	4.639.793,50	19	3.662.204,30	19	3.662.204,30
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	16	213.594,06	10	83.995,50	10	83.995,50
Total		49	5.944.234,37	37	3.772.295,02	37	3.772.295,02

Fonte: Edital da Recuperanda e Edital da Administradora Judicial e Quadro Geral dos Credores Homologado.



Fonte: Edital da Recuperanda, Edital da Administradora Judicial e Quadro Geral dos Credores Homologado.

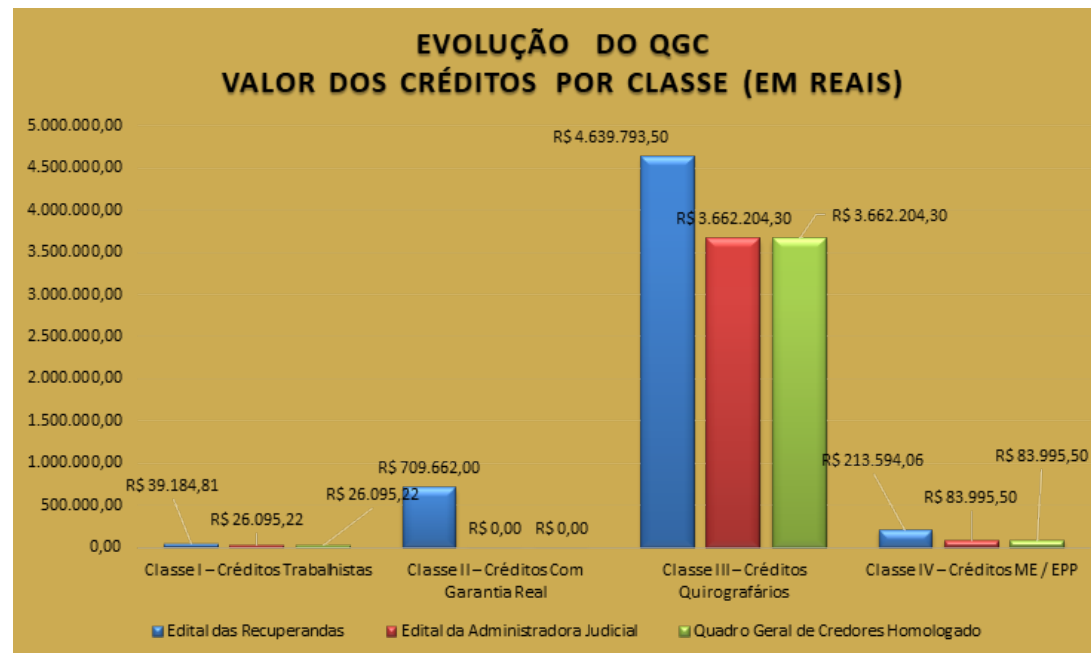


2020 Marques Administração Judicial RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - Novembro de 2020 I PINHELI E VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME



Endividamento

No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de **R\$5.944.234,37**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$3.772.295,02**.



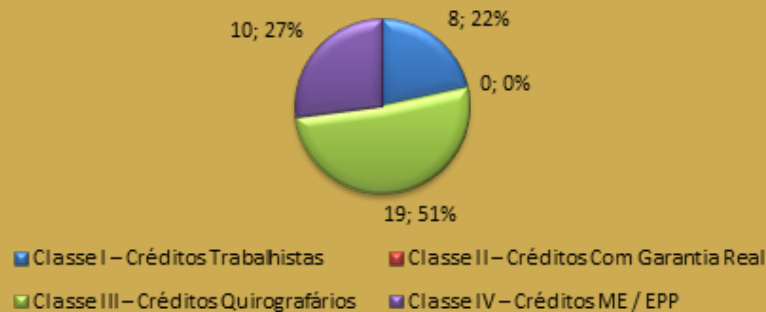
Fonte: Edital da Recuperanda, Edital da Administradora Judicial e Quadro Geral dos Credores Homologado.



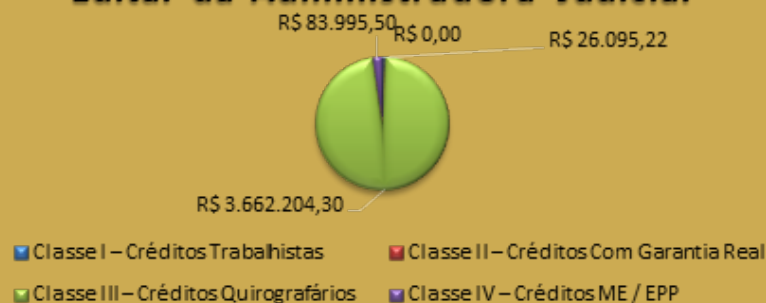
Endividamento

No que tange aos credores concursais, a Recuperanda apresentou aos movs. 1.31 ao 1.34 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de **R\$5.944.234,37**. Ademais, no mov. 121 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$3.772.295,02**.

COMPOSIÇÃO DO QGC Nº de Credores Por Classe Edital da Administradora Judicial



COMPOSIÇÃO DO QGC Valor dos Créditos Por Classe (Em reais) Edital da Administradora Judicial



Fonte: Edital da Recuperanda, Edital da Administradora Judicial e Quadro Geral dos Credores Homologado.

6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 6.1. MEIOS DE RECUPERAÇÃO
- 6.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO



Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação das empresas, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas.

6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou no item 4 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei de Recuperação de Empresas. Segue uma síntese dos referidos meios:

- I. Restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda;
- II. Determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa;
- III. Ampliar a delegação de competências, que atualmente estão acumuladas na gerência administrativa, reduzindo a atual sobrecarga de atribuições na pessoa de sua gerente;
- IV. Implantação de eficiente sistema de apropriação de custos;
- V. Aprimorar os critérios para a determinação dos preços de vendas;
- VI. Implantar sistema de informações gerencias que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene;
- VII. Adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Além das medidas elencadas acima, a Recuperanda possui um planejamento econômico financeiro para reorganização das suas dívidas.



Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação das empresas, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas.

6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 109 dos autos, votado em Assembleia Geral de Credores (mov. 517) e homologado por meio do instituto Cram Down, conforme decisão de mov. 560, apresenta-se na sequência uma síntese da forma de pagamento proposta pela Recuperanda, por classe de credores:

Classe	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	30 dias após homologação do PRJ para os créditos até 5 salários mínimos.	-	Sem deságio.
Classe II Créditos Com Garantia Real	18 meses após a aprovação do plano em AGC.	120 meses, incluindo o período de carência (18 meses), com 102 parcelas mensais e sucessivas.	Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 29/10/2018, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR), aplicando-se a taxa de juros remuneratório de 6,0% a.a. (seis por cento) ao ano.	Sem deságio.
Classe III Créditos Quirografários	24 meses, a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	120 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 29/10/2018, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).	Será considerado um desconto (deságio) correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida/contratação.
Classe IV Créditos ME / EPP	18 meses, a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	96 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Os saldos devedores deverão ser corrigidos a partir da data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, a partir de 29/10/2018, com base na variação mensal da Taxa Referencial (TR).	Será considerado um desconto (deságio) correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida/contratação.

Fonte: Plano de Recuperação Judicial da Recuperanda (mov. 109)



Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação das empresas, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas.

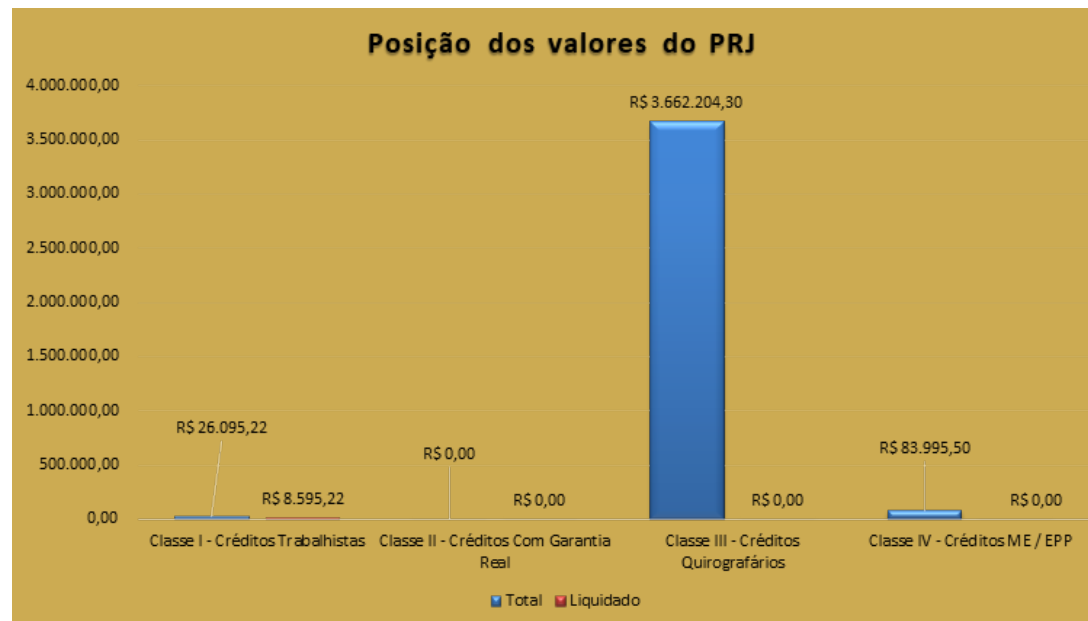
6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

Classe	Subclasse	Valor Total (em reais)	Valor Liquidado (em reais)	Prazo para Pagamento	Venc. (PRJ)	% de Liquidação Subclasse
Classe I Créditos Trabalhistas	Até 5 salários mínimos	8.595,22	8.595,22	Pagamento em até 30 dias após aprovação do plano.	06/07/2020	100%
	Acima de 5 salários mínimos	17.500,00	-	Pagamento em 1 ano após a aprovação do plano.	07/06/2021	0%
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-	-
Classe III Créditos Quirografários	-	3.662.204,30	-	120 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	-	0%
Classe IV Créditos ME / EPP	-	83.995,50	-	18 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	-	0%



Plano de Recuperação Judicial

A Recuperanda apresentou o PRJ no mov. 109, o qual prevê no item 4 como principais meios de recuperação das empresas, restabelecer sua capacidade de compra de mercadorias para revenda, determinação correta do capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa, ampliar a delegação de competências, implantação de eficiente sistema de apropriação de custos e aprimoramento de critérios para a determinação dos preços de vendas.



Fonte: Quadro Geral de Credores Homologado, Plano de Recuperação Judicial e Comprovantes de Pagamento Juntados nos Autos.



7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

- 7.1 DADOS PROCESSUAIS
- 7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL
- 7.3 RECURSOS
- 7.4 CRONOGRAMA PROCESSUAL



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

7.1 DADOS PROCESSUAIS

Nos termos da Recomendação nº 72, apresenta-se na sequência um apontamento sobre a duração dos prazos processuais, considerando-se em dias corridos para todas as respostas:

Item da Recomendação 72	Descrição do Item	Resposta	Referência
Item 2.3.1	A devedora é: () empresa de pequeno porte EPP; (X) microempresa (ME); () empresa média; () empresa grande; () grupos de empresas; () empresário individual.	A devedora é uma microempresa.	Mov. 1.10
Item 2.3.2	Houve litisconsórcio ativo: () sim (X) não (Em caso positivo, ____ (indicar número) litisconsortes ativos e o Plano de recuperação foi () unitário () individualizado)	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado apenas pela empresa I. Pinheli & E. Vian Ferragens para Construção LTDA – ME (CIA FERRO)	Mov. 1.1
Item 2.3.3	Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo: tributário (X) sim () não / demais créditos excluídos da RJ: (X) sim () não	Foi juntada relação de credores dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, no mov. 1.31 a 1.34 e, ainda, a relação do passivo fiscal no mov. 1.35.	Mov. 1.31 a 1.35
Item 2.3.4	Houve realização de constatação prévia: () sim (X) não (Em caso positivo) a constatação foi concluída em ____ dias	Não houve determinação de constatação prévia pelo juízo.	-
Item 2.3.5	O processamento foi deferido (x) sim () não (Em caso positivo, em quanto tempo? 37 dias desde a distribuição da inicial. Houve emenda da inicial? (X) sim () não (Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar: () indeferimento para todos os litisconsortes; () indeferimento para ____ (indicar número) litisconsortes, indicar fundamento legal para indeferimento)	A petição inicial foi distribuída 29/10/2018 e o processamento foi deferido no dia 05/12/2018. O juízo determinou a emenda à inicial em data de 08/11/2018 (mov. 16).	Mov. 16 e 21



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

Item 2.3.6.1	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 163 dias	A Recuperação Judicial foi distribuída em data de 29/10/2018 e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial foi apresentada em data de 10/04/2019, após 163 dias.	Mov. 121
Item 2.3.6.2	Qual o tempo decorrido entre: a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 126 dias	A decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi proferida em data de 05/12/2018, e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial, em data de 10/04/2019, após 126 dias.	Mov. 21 e 121
Item 2.3.6.3	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação: 403 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 29/10/2018 e a 1ª Assembleia Geral de Credores aconteceu em data de 06/12/2019, após 403 dias.	Mov. 517.2
Item 2.3.6.4	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores: 403 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 29/10/2018 e a 1ª Assembleia Geral de Credores aconteceu em data de 06/12/2019, que aprovou o Plano de Recuperação Judicial, após 403 dias.	Mov. 517.2
Item 2.3.6.5	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores; 403 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi realizado em 29/10/2018 e a 1ª Assembleia Geral de Credores aconteceu em data de 06/12/2019, que aprovou o Plano de Recuperação Judicial, após 403 dias.	Mov. 517.2



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

Item 2.3.6.6	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano); 585 dias	A Decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à Recuperanda foi proferida em 05/06/2020, após 585 dias.	Mov. 560
Item 2.3.6.7	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a convalidação em falência: em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores; ___ dias (indicar número) e em caso de recuperação judicial concedida; 585 dias	O pedido de Recuperação Judicial foi distribuído em data de 29/10/2018 e a Recuperação Judicial foi concedida em data de 05/06/2020, transcorrido 585 dias entre um evento e outro, portanto.	Mov. 560
Item 2.3.6.8	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores; 163 dias	A Recuperação Judicial foi distribuída em data de 29/10/2018 e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial foi apresentada em data de 10/04/2019, após 163 dias.	Mov. 121
Item 2.3.6.9	Qual o tempo decorrido entre: a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05; 365 dias	A suspensão foi determinada em 05/12/2018 (seq. 21), tendo sido deferida a prorrogação em data de 09/07/2019, até a data da realização da AGC, que aprovou o Plano de Recuperação em 1ª Convocação, em data de 06/12/2019.	Mov. 145 e 517
Item 2.3.6.10	O tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convalidada em falência); ___ dias	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.7	Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58 §1º da Lei 11.101/05 (cram down): (x) sim () não	O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por cram down.	Mov. 560
Item 2.3.8	Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: (x) sim () não. Em caso positivo, o plano foi: (x) mantido integralmente () mantido em parte () anulado	O Plano de Recuperação Judicial foi homologado nos termos apresentados pela Recuperanda.	Mov. 560



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

Item 2.3.9	Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): () sim (X) não	Não houve pedido de plano especial.	-
Item 2.3.10	Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05: () sim (X) não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, o leilão foi realizado: () antes () depois () antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.2	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI: () sim () não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, na hipótese de recurso, a realização do leilão foi: () autorizada () rejeitada	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.11	Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05: () sim (X) não (Em caso positivo, a alienação foi realizada: () antes () depois () antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.12	Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial: () sim (X) não (Em caso positivo, houve a outorga de garantia real () sim () não) e (Em caso de outorga, a garantia constituída foi () alienação fiduciária () cessão fiduciária () hipoteca () penhor () outro direito real de garantia)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13	Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial () sim () não	Evento não ocorrido.	-



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

Item 2.3.13.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o pedido foi formulado: ____ (indicar número) dias contados da distribuição da inicial e (indicar número) dias contados da concessão da recuperação judicial	Evento não ocorrido.	-
Itens 2.3.13.2 e 2.3.13.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o plano modificativo foi: () aprovado () rejeitado e em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: ____ (indicar número) dias	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.14	Indique a razão da convalidação da recuperação judicial em falência: [inserir campo de texto] (ex: não apresentação do plano de recuperação judicial no prazo legal, descumprimento do plano de recuperação judicial, etc.).	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.15	Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial: (X) sim () não (Em caso positivo, indicar o valor mensal da remuneração)	No seq. 94, a Administradora Judicial propôs que o pagamento da remuneração em 20 (vinte) parcelas de iguais e sucessivas no valor de R\$ 4.206,68 (quatro mil duzentos e seis reais e sessenta e oito centavos), com vencimento todo dia 05 (cinco) de cada mês, a qual não se opôs a Recuperanda.	Mov. 94 e 126.
Item 2.3.15.2	Indicar o valor total da remuneração fixada ao Administrador Judicial	Remuneração da Administradora Judicial no valor de R\$ 84.133,62 (oitenta e quatro mil, cento e trinta e três reais e sessenta e dois centavos), equivalente a 1,5% dos valores devidos aos credores sujeitos à Recuperação Judicial, vide decisão de nomeação proferida pelo juízo.	Mov. 21



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL

A empresa ajuizou seu pedido de Recuperação Judicial no dia 29/10/2018, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

Data	Evento	Mov.
04/11/2020	Recuperanda requer a rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, uma vez que não obedeceu a forma própria prevista no art. 13 e 15 da Lei 11.101/2005.	822
09/11/2020	Decisão: (i) quanto aos aclaratórios opostos contra a decisão de mov. 364, conheceu, porém, julgou improcedente, uma vez que inexistente quaisquer vícios; (ii) referente aos agravos interpostos nos mov. 762 e 794, manteve a decisão pelos seus próprios fundamentos; (iii) no que se refere a habilitação de crédito, mencionou o recente entendimento do STJ, entendendo que, quando retardatária, pode se dar mediante propositura de ação autônoma, que tramitará pelo rito ordinário, razão pela qual indeferiu o pedido do credor por simples petição, nos termos do art. 10, §6º, LFRJ.	830
13/11/2020	Manifestação Administradora Judicial – Juntada do 23º RMA, de competência do mês 09/2020.	858
24/11/2020	Manifestação de ciência da Administradora Judicial quanto a decisão de mov. 830.	880
30/11/2020	Manifestação Administradora Judicial – Juntada do 24º RMA, de competência do mês 10/2020.	882
30/11/2020	Credor Sicoob requer a seja deliberado sobre a decisão da magistrada quanto ao deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.	883



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam ou tramitaram neste juízo ou instâncias superiores, contra a Recuperanda outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento autos nº 0039476-63.2019.8.16.0000	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá- Sicoob Metropolitano X I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	A Agravante (Sicoob Metropolitano) interpôs Agravo de Instrumento com pedido antecipação da tutela recursal, em caráter liminar, da decisão que deferiu a livre movimentação das contas correntes da empresa, ressalvados apenas os créditos de cessão fiduciária (mov. 1.9). Em decisão inicial o pedido de tutela recursal foi indeferido. Em manifestação, a Administradora Judicial entendeu por manter a decisão agravada nos seus exatos termos. Em contrarrazões, a Recuperanda pugnou pela manutenção da decisão agravada, requereu ainda o cabimento de multa pelo descumprimento da ordem. Outrossim, o Ministério Público se manifestou no sentido de reformar a decisão agravada, a fim de permitir os descontos na conta corrente da Recuperanda. Isto posto, salienta-se que os autos estão conclusos para despacho do Relator Desembargador. O recurso foi incluído em pauta de 13/04/2020 até 17/04/2020. Conforme mov. 40 em 20/04/2020 o recurso foi conhecido e provido. Juntada do acórdão com o provimento do recurso em 24/05/2020, ao mov. 41.1. Em 31/07/2020 foi expedida certidão de trânsito em julgado do recurso pela secretária.
Agravo de Instrumento autos nº 0037529-71.2019.8.16.0000	Banco Bradesco S.A. X I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	O Agravante (Banco Bradesco S.A.) interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ativo, contra a decisão proferida (mov. 1.9), que prorroga o prazo de suspensão das ações (stay period), sob a alegação de que é suscetível de causar-lhe grave lesão e difícil reparação, além de ofender dispositivo legal. Na decisão inicial, o pedido de efeito suspensivo foi negado e manteve-se a decisão que prorrogou o prazo de suspensão por mais 180 dias. Em manifestação, a Administradora Judicial e o Ministério Público entenderam pela manutenção da decisão a quo nos seus exatos termos. A agravada apresentou contrarrazões e igualmente pugnou pela manutenção da decisão agravada. O acórdão foi juntado no mov. 34 negando provimento ao recurso. Por fim, houve o decurso do prazo para a Agravada sobre a juntada do acórdão, sem manifestação. Em 20/02/2020 foi expedida certidão de trânsito em julgado do recurso pela secretária.



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

Agravos de Instrumento autos nº 0039354-16.2020.8.16.0000	Banco Santander (Brasil) S.A. X I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	A Agravante (Banco Santander (Brasil) S.A.) interpôs Agravos de Instrumento, da decisão de mov. 560 dos autos originais, a qual concedeu o instituto da Recuperação Judicial à Recuperanda, por cram down. Em manifestação, a Administradora Judicial entendeu por manter a decisão agravada nos seus exatos termos (mov. 69.1). A Recuperanda, por sua vez, apresentou contrarrazões no sentido de que seja mantida a decisão recorrida, uma vez que a assembleia é soberana para deliberar sobre as condições do plano (mov. 84). O paquet, ao final, entendeu pela manutenção da sentença, dando provimento ao recurso apenas no que se refere a cláusula de supressão das garantias, por entender ser ilegal (mov. 87). No mov. 91, o relator determinou fosse expedida intimação para as partes se manifestarem no prazo de 5 (cinco) dias, considerando a possibilidade de ser declarada a nulidade da decisão recorrida. Em atenção a intimação do juízo, o Agravante, Ministério Público, Administrador Judicial e a Recuperanda reiteraram suas razões já apresentadas nos autos recursais, tendo sido proferido despacho pelo relator, no mov. 134, para que se proceda ao encaminhamento dos autos ao Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.
Agravos de Instrumento autos nº 0059332-76.2020.8.16.0000	Banco Bradesco S/A x I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	O credor interpôs recurso de Agravos de Instrumento contra a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a Recuperação Judicial à empresa Recuperanda, uma vez que entendeu inexistir controle de legalidade e nulidade em determinadas cláusulas. Devidamente intimada, a empresa Recuperanda apresentou Contrarrazões ao Agravos de Instrumento no mov. 108, defendendo a soberania da Assembleia Geral de Credores, razão pela qual não há que se tratar de nulidade da decisão que o homologou e/ou de quaisquer cláusulas previstas no PRJ (carência, termo de início, deságio, suspensão de garantia fidejussória). No mov. 110, a Relatora determinou a remessa dos autos à Procuradoria Geral da Justiça. No mov. 113 (13/11/2020), por sua vez, o paquet exarou seu parecer entendendo pela nulidade da cláusula de supressão de garantias bem como pela fixação da contagem de carência sendo do trânsito em julgado da decisão homologatória do Plano, uma vez que futuro e incerto, extrapolando a vontade das partes, devendo, ao revés, ser contado a partir da data da mencionada decisão. Manifestação favorável ao provimento do recurso.

Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

Agravo de Instrumento autos nº 0061010-29.2020.8.16.0000	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá- Sicoob Metropolitano x I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA	A Agravante interpôs recurso de Agravo de Instrumento intentando a restituição dos valores transferidos à conta da Recuperanda diante da determinação do juízo a quo, uma vez que seu crédito é extraconcursal, restando legitimando a perseguir seu crédito. Em sede de liminar, restou deferido o pedido, sendo intimado o Agravado, Recuperanda, para depositar o importe ao credor. Na data de 18/11/2020, mov. 110, a Recuperanda interpôs Agravo Interno (0061010-29.2020.8.16.0000 Ag1) e, na mesma data (mov. 111), apresentou Contrarrazões ao Agravo de Instrumento, alegando que a empresa já utilizou a quantia para o fomento de sua atividade empresarial, de modo que não mais dispõe dos recursos para fazer frente ao depósito determinado. Lado outro, sua obrigatoriedade trará risco de inviabilidade do PRJ e possível convalidação do feito em falência.
Agravo Interno autos nº 0061010-29.2020.8.16.0000 Ag1	I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA x Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá- Sicoob Metropolitano	A empresa Recuperanda interpôs Agravo Interno em data de 18/11/2020, alegando impossibilidade de cumprimento da liminar por ausência de recurso financeiro, bem como pelo perigo de dano inverso e sua atividade empresarial, prejudicando, inclusive, no cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Em data de 23/11/2020 (mov. 4), foi proferido despacho determinando a intimação do Agravado para, querendo, se manifestar acerca do recurso interposto no prazo de 15 (quinze) dias.



Informações Processuais

No mês em apreço, a Recuperanda pleiteou pela rejeição do pedido de habilitação do credor L. G. Bueno Sociedade de Advogados, vez que não obedeceu a forma própria do art. 13 e 15 LFRJ. Assim, o d. magistrado determinou que o credor realize habilitação retardatária mediante ação autônoma (art. 10, §6º, LFRJ). Ainda, o AJ juntou o RMA 09 e 10/2020 e o credor Sicoob pleiteou seja deliberado sobre o deferimento parcial da tutela provisória de urgência de 14/10/2020.

7.3 CRONOGRAMA PROCESSUAL

29/10/2018	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)
05/12/2018	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)
12/12/2018	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
12/12/2018	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)
04/02/2019	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
20/02/2019	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda (art. 53 LFRJ)
10/04/2019	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
19/08/2019	Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ e Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 53 e 7º, §2º LFRJ)
02/09/2019	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
30/09/2019	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
31/10/2019	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
06/12/2019	Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra a Recuperanda – 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
10/09/2020	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
05/06/2020	Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
	Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)

Eventos ocorridos Eventos Futuros

8. GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperanda – I. Pinheli e Vian Ferragens para Construção LTDA-ME
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial
§ - Parágrafo



9. ANEXOS



Anexo I FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA

Durante o período sob análise – Novembro de 2020 – esta Administradora Judicial realizou inspeção física nas dependências da Recuperanda.





CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 / (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

   /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6JM 5G6TG 3U334 TG9EA